

Técnico em Administração

Ayla Pitta Fraioli

Bianca Flauzino de Oliveira

Lauany de Almeida Lopes

Luiza Soares Nadoti

Rubia Kaline de Souza Cordeiro

Sara Elisa Rodrigues de Lima

DANOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E FALÊNCIA NAS GESTÕES DO MERCADO

VOTUPORANGA – SP

2021

Ayla Pitta Fraioli
Bianca Flauzino de Oliveira
Lauany de Almeida Lopes
Luiza Soares Nadoti
Rubia Kaline de Souza Cordeiro
Sara Elisa Rodrigues de Lima

**DANOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E FALÊNCIA NAS GESTÕES DO
MERCADO**

Trabalho apresentado ao curso de técnico em administração da ETEC como requisito parcial de aprovação na disciplina de técnico em logística, ministrado pelo professor Heliomar Baeza Barbosa.

Agradeço esse trabalho de conclusão de curso, primeiramente a Deus, que sempre nos guiou e nos deu força, minha família, amigos, e principalmente nosso orientador Heliomar Baeza Barbosa pela compreensão, apoio para concluir esse trabalho. Ademais, aos nossos adoráveis pais, que sempre nos motivaram.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Cora coralina

Fraioli, Ayla; Oliveria, Bianca; Lopes, Lauany; Soares, Luiza; Cordeiro, Rubia; Lima, Sara; **DANOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA, MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E FALÊNCIA NAS GESTÕES DO MERCADO**; pg.43; ETEC Votuporanga; 2021

RESUMO

Este texto tem por objetivo analisar os impactos econômicos da pandemia do COVID19 na economia brasileira, a partir de três períodos, no pré-pandemia, durante a pandemia e no pós-pandemia, com medidas de superação da crise provocada pelo vírus. A análise é qualitativa, a partir da Revisão Integrativa de Literatura e a respeito do comportamento da economia durante esse período e projeções futuras. De forma geral, o primeiro período é marcado pela redução de expectativas dos investidores, interrupção de algumas cadeias de suprimentos, bem como redução das exportações. O segundo período caracteriza-se pelas medidas de mitigação da crise, a partir da ampliação de linhas de crédito para micro e pequenas empresas e da concessão do Auxílio Emergencial aos trabalhadores. A atividade econômica é mantida, principalmente, pela agricultura e pecuária. No terceiro período, haverá a retomada da atividade econômica e o resgate de reformas neoliberais do governo, como a fiscal, tributária, de abertura econômica, entre outras. Contudo, é necessária a articulação política de todas as esferas do governo para a superação da pandemia e de seus impactos econômicos.

Palavras-chave: Pandemia Covid-19; impacto econômicos; administração.

Fraioli, Ayla; Oliveria, Bianca; Lopes, Lauany; Soares, Luiza; Cordeiro, Rubia; Lima, Sara; **DANOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E FALÊNCIA NAS GESTÕES DO MERCADO**; pg.43; ETEC Votuporanga; 2021

ABSTRACT

This text aims to analyze the economic impacts of the COVID19 pandemic on the Brazilian economy, from three periods, in the pre-pandemic, during the pandemic, and in the post-pandemic, with measures to overcome the crisis caused by the virus. The analysis is qualitative, based on the Integrative Literature Review and regarding the behavior of the economy during this period and future projections. In general, the first period is marked by lower investor expectations, interruption of some supply chains, as well as a reduction in exports. The second period is characterized by measures to mitigate the crisis, from the expansion of credit lines for micro and small companies and the granting of Emergency Aid to workers. Economic activity is mainly maintained by agriculture and livestock. In the third period, there will be a resumption of economic activity and the recovery of neoliberal government reforms, such as fiscal, tax, economic opening, among others. However, the political articulation of all spheres of government is necessary to overcome the pandemic and its economic impacts.

Keywords: Covid-19 pandemic; economic impact; management.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Como as empresas estavam no começo da pandemia	14
Gráfico 2 - Funcionamento das empresas	15
Gráfico 3 - Adaptação nas empresas	15
Gráfico 4 - Situação financeira antes da pandemia	16
Gráfico 5 - Empresas fechadas por conta da pandemia.....	17
Gráfico 6 - Abertura e fechamento de empresas por ano no Brasil	17
Gráfico 7 - Pequenos negócios na economia.....	25
Gráfico 8 - Vacinação no Brasil	26
Gráfico 9 - População brasileira vacinada	27
Gráfico 10 - Vacinação nos Estados brasileiros	28
Gráfico 11 - População que defende a vacina ser obrigatória	29
Gráfico 12 - População que não concorda com a vacina ser obrigatória	30
Gráfico 13 - Número de alcances das vacinas	31
Gráfico 14 - Vacinação no país	32
Gráfico 15 - Pesquisa sobre a vacina ser obrigatória.....	32
Gráfico 16 - Obrigatoriedade da vacina	33
Gráfico 17 - Pesquisa sobre a exigência da vacina no trabalho	34
Gráfico 18 - Estratificação sobre a exigência da vacina no trabalho	35

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COVID-19 – Corona Vírus

CPP - Contribuição Patronal Previdenciária

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS - Imposto sobre Serviços

MPEs - Micro e Pequenas Empresas

OMS - Organização Mundial da Saúde

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIB - Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

RH - Recursos Humanos

UNWTO - Organização Mundial do Turismo

MPT – Ministério Público do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. COVID-19 EM RELAÇÃO A OUTROS CONTEXTOS PANDÊMICOS.....	11
3. A CRISE DEVIDO AO CONTEXTO PANDÊMICO	14
4. PRINCIPAIS RAMOS AFETADOS PELA PANDEMIA	18
4.1. COMÉRCIO VAREJISTA	20
4.2. ALIMENTOS E BEBIDAS	20
4.3. TURISMO	21
5. OS RECURSOS HUMANOS DE ACORDO COM AS ADMISSÕES E DEMISSÕES NO PERÍODO PANDÊMICO.....	22
6. IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA	24
7. OBRIGATORIEDADE DAS CARTEIRAS DE VACINAÇÃO PARA ADENTRAR EM LOCAIS DE TRABALHO	26
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE	40
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	42
JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	42
3.1 GERAL	43
3.2 ESPECÍFICOS	43

INTRODUÇÃO

A evolução do homem foi marcada por várias ondas com um impacto revolucionário positivo ou negativo no seu progresso, a partir de minissistemas descentralizados até a formação de modelos concentradas de agrupamentos sócio político-econômicos compostos por civilizações, sistemas imperiais e, posteriormente, nacionais - Estado. O cruzamento assíncrono das diversas ondas revolucionárias afetou o jeito de vida e a organização político-econômica dos diferentes grupos, assim repercutindo em específicas trajetórias históricas, estendidas por dinâmicas concentradas no espaço e no tempo por tendências estruturais contrastantes, ambas de evolução, quanto de regressão. Por outro lado, as ondas positivas de avanço próspero são identificadas pelo aumento populacional da raça humana em três pontos, onde o primeiro é caracterizado pela revolução agrícola, o segundo momento ocorreu na revolução industrial, quando o homem deixou de ser nômade. E, finalmente, o terceiro momento ocorreu com a revolução da informação em que se expandiram os sistemas de produção e consumo em massa, o que impactou a formação de uma atividade pós-moderna baseada em ações cada vez mais fluidas. Ondas negativas, de avanço involutivo, são notadas por momentos de forte contração na dinâmica biogeográfica humana, identificada por ondas de guerra ou guerras interestaduais, entre diversos grupos humanos que tiveram abalos catastróficos na dinâmica sociopolítica. Atividade econômica, especialmente das sociedades de pequena escala, como afluxo de pragas e outras epidemias mortais com fortes consequências no colapso demográfico. Com o avanço da tecnologia, novos medicamentos e vacinas surgiram no século 20, em que reduziram significativamente a propagação e a mortalidade de certas doenças. O risco latente de uma nova pandemia global relacionada a doenças infecciosas emergentes ou reemergentes, ou

mesmo relacionada a ataques bioterroristas, está se tornando um tópico na área da saúde atual.

Essa securitização de uma agenda global de saúde foi cada vez mais institucionalizada em um mundo cada vez mais interdependente, refletindo crescentes sensibilidades e vulnerabilidades biológicas, tanto por parte dos atores políticos que formaram a consolidação da Organização Mundial da Saúde (OMS), como o epicentro de um sistema de governança de saúde por meio do desenvolvimento econômico de um Complexo Industrial de Segurança Somática após a Segunda Guerra Mundial.

Os efeitos de curto prazo já se manifestam no crescente autarquização das relações internacionais dos países com a China, com restrição do fluxo de pessoas e cortes em voos comerciais. O impacto de médio e longo prazo veio do aumento da desaceleração econômica na China e do impacto negativo sobre o crescimento mundial, exacerbando as tendências internacionais de aumento do neoprotecionismo e da xenofobia. Em síntese, a pandemia em curso é extremamente grave. Ela tem potencial para comprometer o bom funcionamento dos mercados e das instituições democráticas, podendo acelerar as mudanças que já se prenunciavam sobre as formas de produzir e de consumir em sociedades altamente integradas do ponto de vista produtivo e tecnológico. Alguns problemas que já existiam, como a desigualdade crescente, a redundância na demanda por trabalho, o aquecimento global e a desconfiança dos indivíduos nos poderes constituídos e na democracia, podem se tornar ainda mais disruptivos. Isto porque as soluções para tais desafios envolvem a busca de cooperação internacional e o redesenho das políticas públicas e das instituições herdadas das revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX.

Através da história é possível analisar que nenhuma crise deixou de produzir profundas mudanças sociais, políticas e econômicas. O tempo histórico se acelerou com a pandemia do COVID-19. As sociedades terão que se reinventar em busca de um futuro coletivo melhor. Este envolveria um equilíbrio maior entre os interesses privados e as necessidades sociais, posto que os primeiros não geram, de forma automática e espontânea, os segundos. A atuação estatal é necessária e deve ser pautada pela ciência, transparência e pelos princípios republicanos e iluministas. Alternativamente, as sociedades poderão ficar presas aos parâmetros (e aos interesses) de um passado que já não cabe no presente e, menos ainda, no futuro.

2. COVID-19 EM RELAÇÃO A OUTROS CONTEXTOS PANDÊMICOS

Tomando como referência o papel das epidemias na história da raça humana é possível identificar um componente negativo inflexível na dinâmica demográfica a partir de uma periodização de eventos com inúmeras repercussões epidemiológicas em todo o mundo que remonta os primórdios dos primeiros grupos humanos e que vem até os dias atuais. Em primeiro lugar, observa-se que as pandemias mais notáveis e com amplas repercussões espaço-temporais, são identificadas por uma periodização de eventos destacadas principalmente na literatura ocidental, embora sem precisão estatística, partindo do século VI com a conhecida “Praga de Justiniano”, percorrendo pelo século XIV com a “Peste Negra”, até se chegar no século XX com a “Gripe Espanhola”. Em segundo lugar, a registro de securitização da saúde pública partilha uma concepção conservadora de limitação à mobilidade de doentes durante os surtos pandêmicos, desde estratégias primordiais de quarentena até se chegar a políticas de cooperação internacional por meio de ações conjuntas em termos de erradicação por parte de Estados Nacionais e organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou organizações não governamentais como a Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteira.

No início do ano de 2020, a rápida difusão internacional do novo Corona vírus (2019 n-CoV) em menos de 1 mês causou além de problemas na saúde pública, diversos anomalias sociais, econômicas e políticas, tendo como foco de propulsão da pandemia, a China, com uma centena de mortos e milhares de doentes, e mais de 20 países afetados, fez com que a OMS declarasse nível de emergência de saúde mundial, procurando engendrar diplomaticamente uma ação coordenada de impedimento ao fenômeno espontâneo e paradiplomática de propagação do vírus,

bem como o combate à doença pelos Estados Nacionais. A rápida construção desta agenda de securitização do novo Corona vírus por parte da OMS não acontece por acaso, a expertise institucional prévia na contenção de outras epidemias, quando também declarou previamente emergência de saúde pública de interesse global nos casos do Ebola em 2018 e 2016, Zika vírus em 2016, poliomielite em 2014 e gripe suína, H1N1 em 2009.

A conjuntura econômica brasileira, no quesito da proposição de ações para amenizar os impactos da pandemia do COVID-19 sobre a socioeconômica do país, são apresentadas algumas ações de política econômica, à luz da teoria econômica e de políticas públicas, para (e nesta ordem de importância): i) fortalecer o setor de saúde na sua missão de preservar vidas; ii) acomodar o choque econômico, em termos de manutenção da renda das famílias, garantindo assim a preservação do tecido social e a retomada da demanda no pós-pandemia. Destaca-se que dentre as medidas propostas no texto, muitos países já vêm adotando-as com esse objetivo (KROTH, 2020).

Também são analisadas as três principais medidas propostas pelo Governo para conter os efeitos da pandemia: i) Medida Provisória n. 927 de 22.03.2020, que dispõe sobre medidas trabalhistas no período de calamidade pública; ii) Emenda ao Projeto de Lei n. 9236/17, de 26.03.2020, que prevê o pagamento de auxílio emergencial para trabalhadores autônomos e informais; e, iii) linha de crédito para financiamento da folha de salários para pequenas e médias empresas, apresentado pelo Banco Central, em 27.03.2020.

Por reconhecer a necessidade e a importância da intervenção do Estado, o que significa abrir mão da busca das metas de superávit básico e cumprir os tetos de gastos de curto prazo, são elencadas três linhas de ação da política econômica, com foco na política fiscal e no crédito. A primeira e mais importante frente é orientar os esforços para fortalecer o sistema de saúde, o que significa que as vidas devem ser protegidas primeiro. Nesse sentido, liberar recursos para aquisição de insumos básicos, desenvolvimento e aquisição de exames, medicamentos e equipamentos, e contratação e capacitação de profissionais para atender a população.

A segunda frente enfoca a esfera social, incluindo ações de proteção às pessoas cujo trabalho e renda são restringidos pelo isolamento social, especialmente os grupos mais vulneráveis. A principal recomendação é proporcionar uma renda mínima para a compra de alimentos e produtos básicos de higiene. Essas medidas

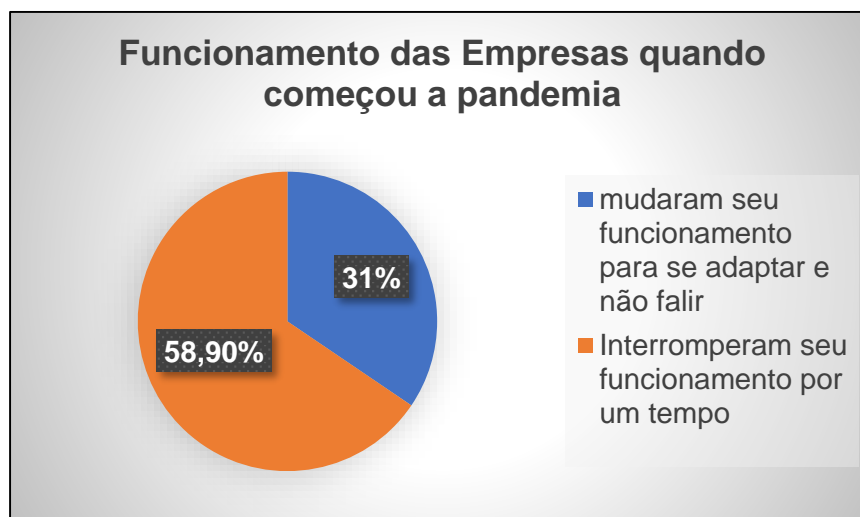
complementam e fortalecem as ações na área da saúde, pois, ao garantir que as pessoas possam cuidar da própria condição, proporcionam maior segurança para a permanência das pessoas em casa, reduzindo a disseminação do vírus e a necessidade do setor da saúde. Além disso, a renda mínima garantirá a demanda inicial de estímulo à atividade econômica no período pós-quarentena.

A terceira frente é a econômica. É muito importante estabelecer um mecanismo que não atrapalhe a atividade econômica do país e garanta o abastecimento de produtos básicos nas cidades. Acredita-se que, ao realizar ações sociais e de saúde vigorosas, um amortecedor pode ser criado automaticamente para se adaptar ao impacto negativo do período de isolamento nas atividades econômicas do lado da demanda. As ações nesta área são mais direcionadas para as empresas, desde a criação de linhas de crédito até incentivos fiscais e subsídios para o pagamento de alguns salários de trabalhadores.

3. A CRISE DEVIDO AO CONTEXTO PANDÊMICO

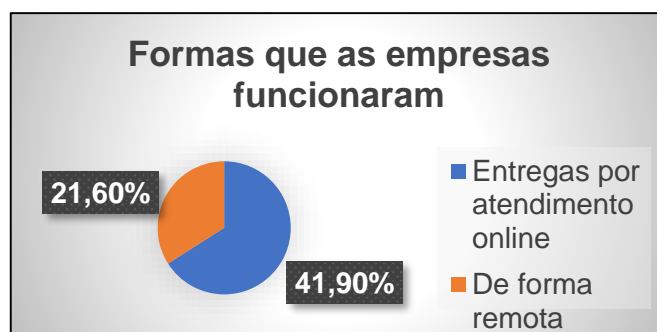
A crise por qual passamos no decorrer da pandemia, mais especificamente no Brasil, teve grande reflexo em todas as áreas empresariais. Uma pesquisa do Sebrae mostrou que 31% das pequenas empresas tiveram que mudar seu funcionamento para conseguirem se adaptar e não irem em falência, e outros 58,9% das empresas tiveram que interromper seu funcionamento durante um tempo.

Gráfico 1 - Como as empresas estavam no começo da pandemia



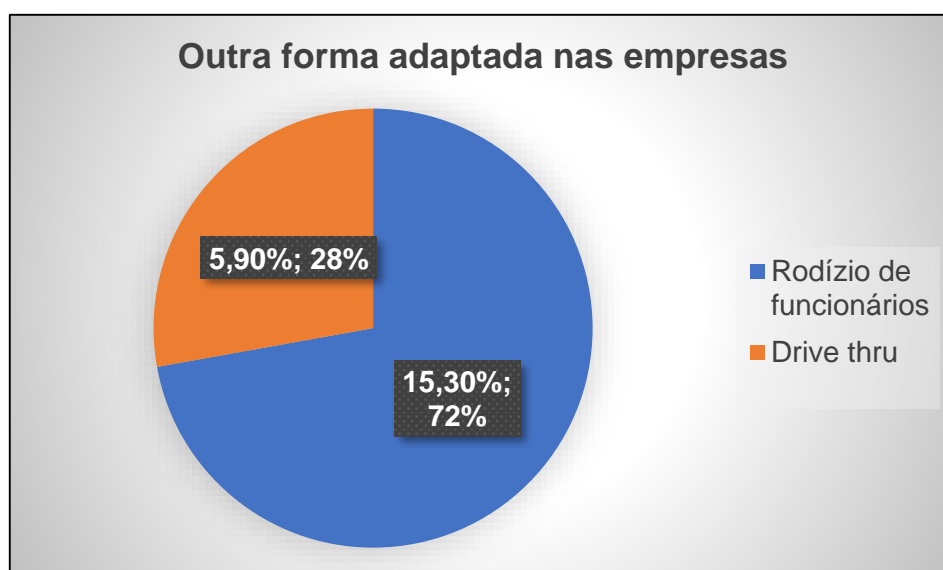
Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

Empresas que continuaram funcionando, 41,9% trabalham com entregas através de atendimento online, e outros 21,6% estão de forma remota.

Gráfico 2 - Funcionamento das empresas

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

Outra forma adaptada pelos pequenos empresários para não pararem de trabalhar, foi fazer um rodízio de funcionários, 15,3% das empresas aplicaram essa nova forma de funcionamento e 5,9% aplicaram o sistema de drive thru.

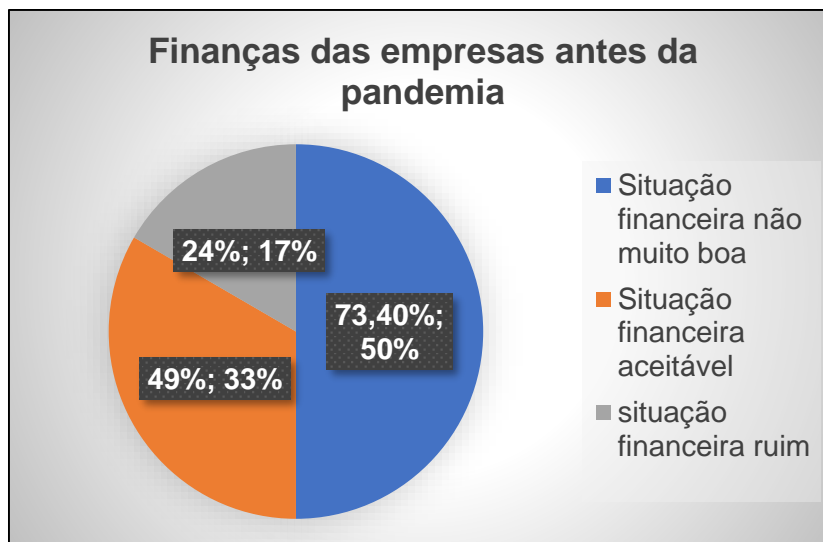
Gráfico 3 - Adaptação nas empresas

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

A decisão do governo foi a causa de 79% empresas suspenderem seus trabalhos, enquanto 21% decidiram para pôr sua própria vontade. Mas também pesquisas revelaram que 73,4% das empresas já não estavam com uma situação financeira muito boa antes da pandemia, 49% dos pequenos empresários disseram que suas economias estavam aceitáveis e 24% disseram que suas economias estavam ruins. Apesar de que os custos com os funcionários estejam entre os fatores

de gastos das maiorias das empresas, apenas 18,1% de todas tiveram que demitir os empregados para não terem uma crise econômica.

Gráfico 4 - Situação financeira antes da pandemia



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

As micro e pequenas empresas (MPEs) que formam mais de 90% das áreas de comércio que fazem 27% do PIB brasileiro, entraram em uma situação difícil e sem saída clara, que impactou no dia a dia principalmente para quem dava ofertas de serviço. Trabalhos essenciais e não essenciais obtiveram tratamentos opostos pelos responsáveis, ocasionando discordâncias sem esforço de incorporação. O acontecimento dos Estados Unidos é atrativo por suas proporções diferentes por tipo de trabalho, com impacto inevitável de 30% das MPEs, sem ponto de vista de aumento.

Gráfico 5 - Empresas fechadas por conta da pandemia

Número (em mil) de PMEs fechadas em 2021

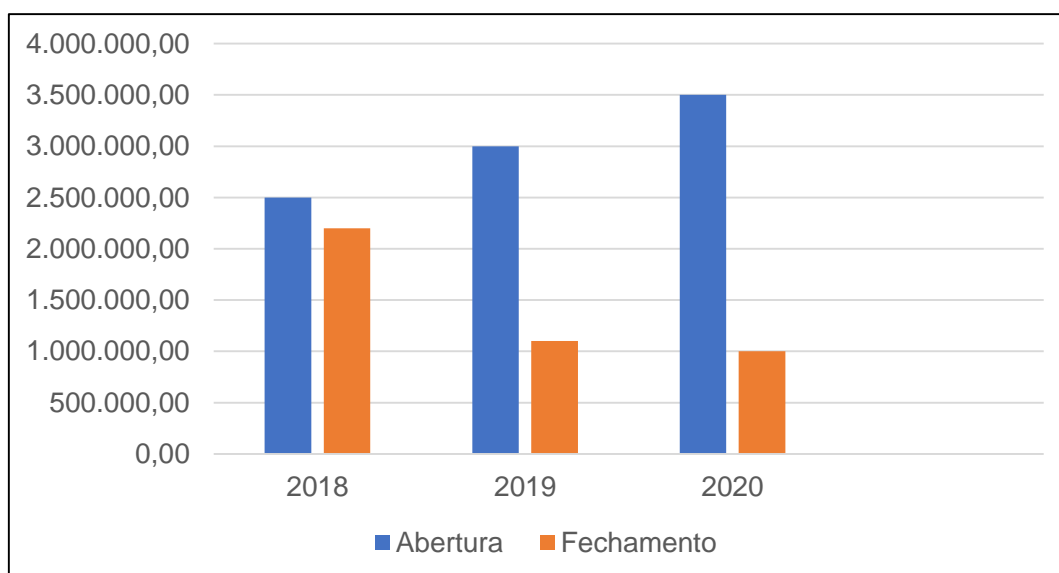
Ao todo, 316,8 mil micro e pequenas empresas fecharam entre janeiro e abril.



Gráfico: Economia/G1 • Fonte: Sebrae

Fonte: Ranking das 10 atividades que mais registraram novos empreendimentos nos cinco primeiros meses de 2021 — Foto: Economia/G1

Gráfico 6 - Abertura e fechamento de empresas por ano no Brasil



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

4. PRINCIPAIS RAMOS AFETADOS PELA PANDEMIA

Segmento	Impacto já observado no Brasil	Cenário e Tendências	Alternativas
Comércio varejista	<p>A datar do início pandêmico, o varejo brasileiro demonstrou queda percentual de 27% no faturamento.</p> <p>Segundo o Sebrae, as pequenas empresas do ramo têm sofrido ainda mais, registrando queda de 69% em relação a soma semana normal.</p>	<p>devido a pandemia a habitualidade de novos rotinas se tornaram decorrentes, estabilizando padrões de consumo, decorrente assim do aumento de desemprego e redução de renda.</p>	<p>Adaptação para sistemas de delivery e vouchers, disponibilizando maior acessibilidade e a possibilidade de vendas antecipadas e créditos de aquisição.</p>
Alimentos e bebidas	<p>Restrições sociais quais acarretaram queda percentual de 66% das vendas.</p>	<p>O segmento de alimentos e bebidas foi um dos primeiros afetados pelas medidas de</p>	<p>Reposicionar seu negócio: avaliar qual é seu maior diferencial competitivo e</p>

		<p>restrições de funcionamento determinadas pelo governo. A tendência é que os estabelecimentos que servem refeições continuem operando com delivery (entrega) ou Take-out (retirada).</p>	<p>planejar o seu modelo de atuação no pós-crise</p>
Turismo	<p>Queda no faturamento dos pequenos negócios de 87% com relação a uma semana normal.</p>	<p>O cenário atual sinaliza para os negócios do turismo que a retomada não tem data prevista. Mesmo que estados menores tomem medidas de relaxamento das medidas de isolamento há uma tendência em que a economia do turismo ainda seguirá sendo a mais impactada com a crise.</p>	<p>Os hotéis podem negociar com governos estaduais e municipais para hospedar idosos ou profissionais da área de saúde que precisam se manter isolados de suas famílias.</p>

Fonte: adaptada do Sebrae, 2020.

4.1. COMÉRCIO VAREJISTA

O cenário varejista no setor econômico brasileiro tem de suma importância no crescimento do PIB nacional, visto que tal setor gera grande número de empregos, concebendo renda a milhões de cidadãos. Tal setor, portanto, afetado pela recessão econômica de 2015/16, se encontrava em recuperação, quando atingido pelo impacto gerado pela pandemia do Covid-19, com novos choques econômicos, afetando preços internos e externos, além das ofertas e demandas.

Outro fator de grande destaque caracteriza a falta de reserva de caixa de tais mercados, visto que tais empresas necessitam de muitos investimentos de capitais de giro, para manter a liquidez sem rendimentos. Cerca de 39% a 56% das micro, pequenas e médias empresas conseguirão reservas de caixa para suportar até 21 dias (Banco Mundial, 2020).

Segundo pesquisa realizada pelo Fecomércio-RJ (2020), cerca de 335 mil trabalhadores foram ou serão demitidos, passando também os empresários por grandes dificuldades devido à falta de demanda não atingir 70%, sofrendo assim uma queda de R\$ 30 bilhões do PIB do comércio.

As regiões mais impactadas pelas restrições foram o sudeste e o sul, devido ao grande número de shoppings e lojas de varejo, tendo grande número de estabelecimentos fechados e operações suspensas. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2020), demonstra que os efeitos da pandemia começaram a ser sentidos pelo setor em março.

4.2. ALIMENTOS E BEBIDAS

Em um momento de recorrente crises sanitárias, as restrições para conter o contágio do Corona Vírus, forçaram mudanças radicais no estilo de vida e decorrentes assim no mercado de consumo de alimentos e bebidas, lidando com a interrupção de ambientes lotados como restaurantes e bares e tendo que levar em contrapartida adaptações para levar aos consumidores tais produtos, o que gerou a essencialidade dos supermercados, locais quais continuaram sendo frequentados.

Os setores mais afetados com a falta de circulação de pessoas foram bares e restaurantes de pequenos negócios, com demissão de cerca de 1 milhão de empregados no país (Associação Nacional de Restaurantes, 2020).

Apesar das alternativas adotadas como os deliverys, drive thru ou entregas, a queda no faturamento foi inevitável, fechando 50% das portas de tais comércios no período de pandemia.

4.3. TURISMO

O Ministério do Turismo alega que tal setor se categoriza em segundo lugar entre os mercados mais afetados pelo contexto pandêmico, com redução de 58% na economia criativa e 59% no faturamento do turismo brasileiro, dependendo elementarmente da mobilidade das pessoas, tal setor encontrou-se praticamente nulo devido as restrições sanitárias.

Cálculos gerados pela United Nations World Tourism Organization, indicia que o fluxo internacional de turistas teve uma queda de 22% no ano de 2020, assim vale analisar regiões a qual a economia é totalmente movimentada pelo turismo, qual representa interrupção abrupta dos fluxos de mercado.

A riqueza produzida por tal setor é cerca de 10,4% do PIB mundial, gerando grande número de empregos, com 80% dos resorts, hotéis, etc. Parques e atrações turísticas estavam fechados, desempregando, também, milhares de funcionários.

Segundo dados do IBGE, o setor de turismo no contexto citado, deixou de gerar cerca de R\$ 31,3 bilhões para a economia brasileira.

5. OS RECURSOS HUMANOS DE ACORDO COM AS ADMISSÕES E DEMISSÕES NO PERÍODO PANDÊMICO

As taxas de contaminação e a letalidade do vírus foi rápida, afetando o Brasil e o mundo de forma sem preparações prévias, portanto, as mortes e transtornos em que todos foram expostos sensibilizou a capacidade psicológica e social do ser humano, de lidar com conflitos e situações cotidianas de conturbações, o que assim gerou consequentes mudanças no setor de recursos humanos das empresas, com novos critérios de admissões e maiores índices de demissões em diversos ramos.

Excetuando os tristes níveis de mortalidade e as inúmeras dificuldades ainda enfrentadas por muitas pessoas e empresas, podemos destacar que este período de pandemia trouxe e ainda traz, lições que certamente farão parte do cenário pós-pandemia, principalmente no que se refere às relações entre as pessoas e como elas estão lidando com seu dia a dia de trabalho. Apesar das diversas dificuldades, acentuando dúvidas sobre o futuro e estabilidades emocionais, a capacidade de adaptação foi fator determinante despertado em tal período.

Diversas empresas adotaram o home office como novo estilo de trabalho, podendo assim respeitar o distanciamento social mobilizando as ferramentas de trabalho, em contrapartida para ser possível tal ato é necessário que o funcionário possua ferramentas que torne possível concluir seu trabalho de maneira remota, além das condições para uma adequada forma de trabalho sem riscos à saúde do empregado ou prejuízos ao empregador, assim vale ao setor de RH detectar tais obstáculos.

Deste modo, soluções para a gestão digital dos recursos humanos foram aderidas, entre elas caracterizam: marcação de ponto online: sendo possível com

maior facilidade demarcar e controlar o cumprimento de horas trabalhadas por cada funcionário ao adentrar e partir do ambiente trabalhista; informações centralizadas: informa os trabalhadores para possível entrega de laudos e atestados médicos de forma digital, facilitando na gestão e aplicativos que garantem estrutura para comunicação, gerenciamento de trabalho e compartilhamento de arquivos, gerando maior produtividade.

Com tais medidas, as empresas foram cada vez mais flexibilizando os controles e características culturais conservadoras, para que fosse possível a adaptação e se reerguer em tal momento, trazendo não só uma estrutura apenas para período pandêmico, mas adotando um novo recurso, o qual continuará sendo utilizado após a pandemia, para alcançar maior âmbito de negócios.

Naturalmente com tais atos, a relação entre gestor e empregado se tornou baseada em maior confiança, visto a flexibilização possível com o meio remoto, confiando uma mesma produtividade, independente dos processos, portanto, a área de recursos humanos terá que participar desse novo estudo de viabilidade para orientar e subsidiar seus tomadores de decisão no novo momento das relações de trabalho e da gestão de pessoas, e avançar rapidamente em um caminho que não tem volta.

Diante disso, cada vez mais as relações humanas irão corroborar conjuntamente com os meios tecnológicos para permear um novo rumo empresarial, alcançando cada vez mais formas de recuperar os danos e crescer no mercado.

6. IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA

As ações geradas pelos órgãos públicos para combate de uma crise econômica de setor global se tornaram ineficazes, visto a atual condição de empresas, porém com tais auxílios gerenciados por ações públicas, torna-se visível a falta de gestão suficiente em algumas empresas, para capacitação de uma possível recuperação de danos, gerando maior impacto para as micro e pequenas empresas, nas quais são responsáveis por grande massa de empregos no setor econômico, porém tais setores, muitas vezes, não possuem uma base estável para manter seus ganhos em momentos críticos, levando a falência de estabelecimentos e, conseqüentemente, grande aumento no número de desemprego

As micro e pequenas empresas são negócios, que possuem receita bruta anual até R \$ 81.000,00, ou inferior a R \$ 360.000,00 superior a R \$ 360.000,00 e igual ou inferior a R \$ 4.800.000,00, tais empresas, portanto pagam cerca de oito a três impostos públicos, sendo IRPJ, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, IPI, CPP, ICMS e ISS.

Além disso, pequenos negócios são fundamentais na empregabilidade populacional, garantindo milhões de empregos e ajudando na redução das desigualdades sociais, sendo responsáveis por 60% dos 100 milhões de empregos disponíveis no Brasil correspondendo assim a mais de um quarto do PIB brasileiro. Segundo o IBGE, tais negócios constituem cerca de 27% em estudos feitos em 2011, portanto a produção de micro e pequenas empresas compõem cerca de R\$599 bilhões.

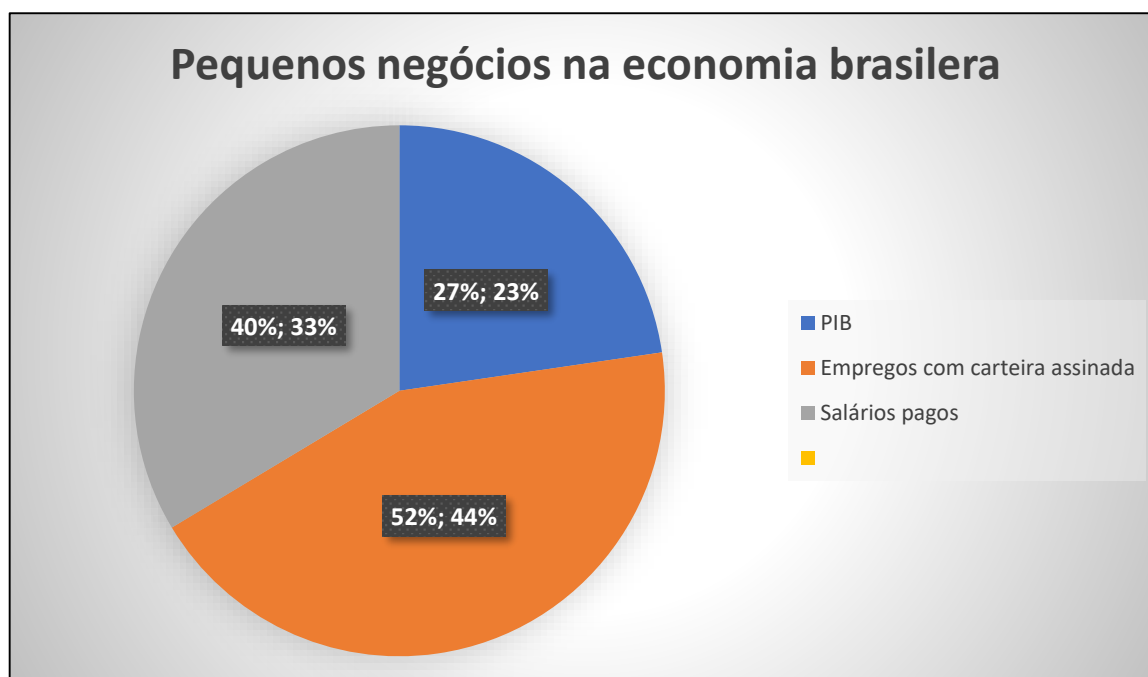
A necessidade de gerar mais dinâmica a economia faz com que estejam presentes, desde pequenos municípios a grande metrópoles, abrangendo grande

parte do segmento empresarial, qual abrange uma mão de obra com maior facilidade, nos locais de recolocação, inexperientes, pessoas idosas ou sem formação, assim também lidando com menor quantidade de funcionários em cada estabelecimento devido ao tamanho do negócio, são capazes de se redimensionar facilmente em questões de mudanças, devido a deterem facilidade de créditos e campos tributários, com donos obstinados a conservar o seu empreendimento.

Destarte, tal setor tem grande importância, nas movimentações bancárias, devido à grande transferência de créditos e empréstimos e ao serviço social autônomo sem fins lucrativos gerado pelo Sebrae.

Os dados assim apresentam a importância dos empreendimentos de menor porte, sendo isoladas consideradas pouco, mas com a junção de diversos pequenos negócios que movimentam e garantem empregos para grande parte econômica no mercado.

Gráfico 7 - Pequenos negócios na economia



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

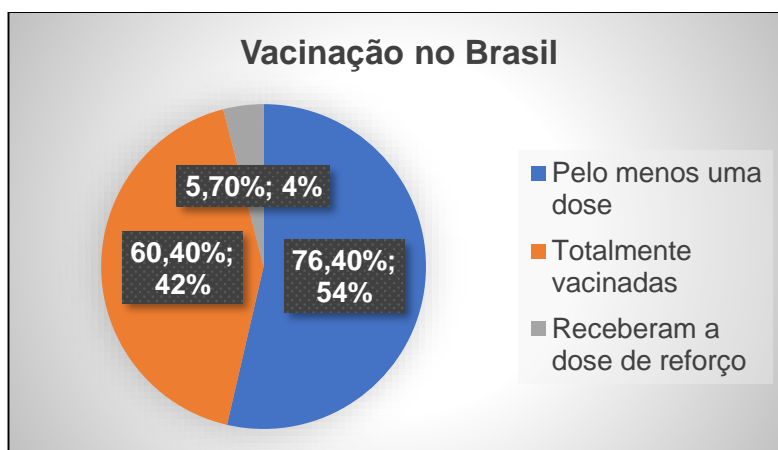
7. OBRIGATORIEDADE DAS CARTEIRAS DE VACINAÇÃO PARA ADENTRAR EM LOCAIS DE TRABALHO

As vacinas são uma das mais efetivas ferramentas para proteção das pessoas contra a covid-19.

Alguns países fixaram metas muito minuciosas, mas para o restante do mundo o processo pode ser muito mais complexo, em razão que envolve processos científicos, corporações multinacionais, promessas governamentais, e uma grande parcela de procedimentos e regulamentação.

Ao longo dos meses surgiu o questionamento de qual será o desfecho da vacinação. E em países com tecnologia avançada, a vacina já vem dando resultados promissores, evidenciando menor taxa de internações e mortes em hospitais. Nos dias atuais a população ainda apresenta resistência contra a vacinação do covid-19, a maior parte dessa rejeição vem de pessoas entre 25-34 anos.

Gráfico 8 - Vacinação no Brasil

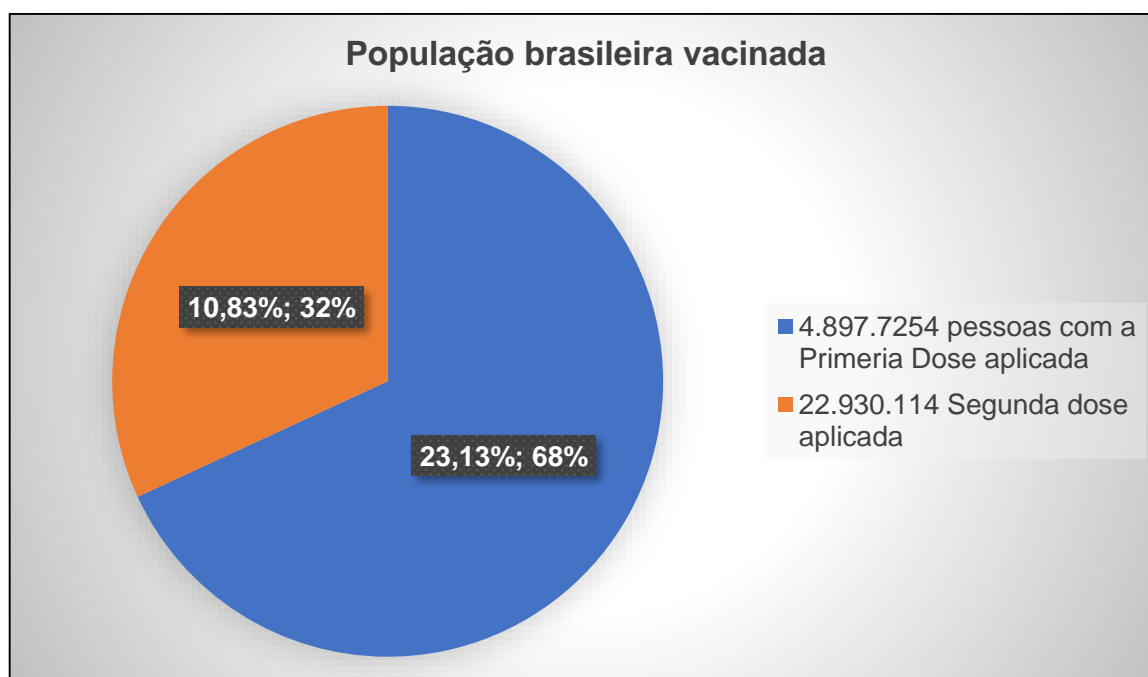


Fonte: Our World In Data - Última atualização: há 7 dias.

A legislação sanitária prevê a possibilidade de realizar uma ação compulsória em relação a algumas medidas, por exemplo a vacinação, em emergência de enfrentar a saúde pública na dificuldade causada pela pandemia. O trabalho busca definir limites e resultados, em pacto com o ordenamento jurídico brasileiro e em concordância com a intenção de garantir a segurança dos direitos da personalidade, entre as possíveis restrições que podem ser aplicadas a pessoas sem vacinação contra o Corona vírus como uma maneira de reagir a pandemia e a fim de promover a saúde coletiva.

No Brasil, cerca de 71 milhões de doses foram aplicadas e aproximadamente 48.977.254 pessoas estão imunizadas, O número representa 23,13% da população brasileira. A segunda dose já foi aplicada em 22.930.114 pessoas (10,83% da população do país) em todos os estados e no Distrito Federal.

Gráfico 9 - População brasileira vacinada



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

Fatos mostram que a vacina ajudou muito a diminuir as mortes por conta da doença.

A obrigatoriedade da apresentação da carteirinha de vacina seria uma solução, pois assim a população teria um incentivo maior para se vacinar, caso contrário não

seria permitido entrar em estabelecimentos públicos, em seus trabalhos, escolas e outros.

Gráfico 10 - Vacinação nos Estados brasileiros

Vacinação nos estados

Veja como está o andamento da campanha em cada local

UF	Número de vacinas aplicadas na 1ª dose	% da população vacinada com a 1ª dose	Número de vacinas aplicadas na 2ª dose	% da população vacinada com a 2ª dose	Total de vacinas aplicadas até hoje
TOTAL	48 977 254	23,13%	22 930 114	10,83%	71 907 368
AC	142 168	15,89%	58 230	6,51%	200 398
AL	756 847	22,58%	58 039	8,59%	1 044 631
AM	794 722	18,89%	480 038	11,41%	1 274 760
AP	132 604	15,39%	479 525	6,89%	191 978
BA	3 637 037	24,36%	59 374	10,49%	5 203 016
CE	1 820 930	19,82%	1 564 077	11,85%	2 909 248
DF	683 272	22,36%	328 620	10,76%	1 011 892
ES	1 106 833	27,23%	449 569	11,06%	1 556 402
GO	1 509 114	21,21%	446 619	9,23%	2 165 680
MA	1 392 985	19,58%	544 360	7,65%	1 937 345
MG	4 928 532	23,15%	544 649	11,19%	7 311 297
MS	911 077	32,43%	376 283	13,39%	1 287 360
MT	647 342	18,36%	289 235	8,20%	936 577
PA	1 566 763	18,03%	770 241	8,86%	2 337 004
PB	898 989	22,26%	447 471	11,08%	1 346 460
PE	2 012 193	20,92%	945 710	9,83%	2 957 903
PI	619 459	18,88%	291 865	8,89%	911 324
PR	2 765 841	24,02%	291 731	10,81%	4 011 161
RJ	3 379 285	19,46%	1 237 008	9,12%	4 962 340
RN	749 827	21,22%	375 106	10,61%	1 124 933
RO	286 258	15,93%	374 750	7,38%	418 763
RR	101 414	16,07%	130 937	9,66%	162 411
RS	3 314 546	29,02%	1 563 899	13,69%	4 878 445
SC	1 795 091	24,75%	1 562 309	10,33%	2 543 978
SE	498 721	21,51%	198 698	8,57%	697 419
SP	12 246 676	26,46%	197 634	12,68%	18 114 008
TO	278 728	17,53%	131 907	8,29%	410 635

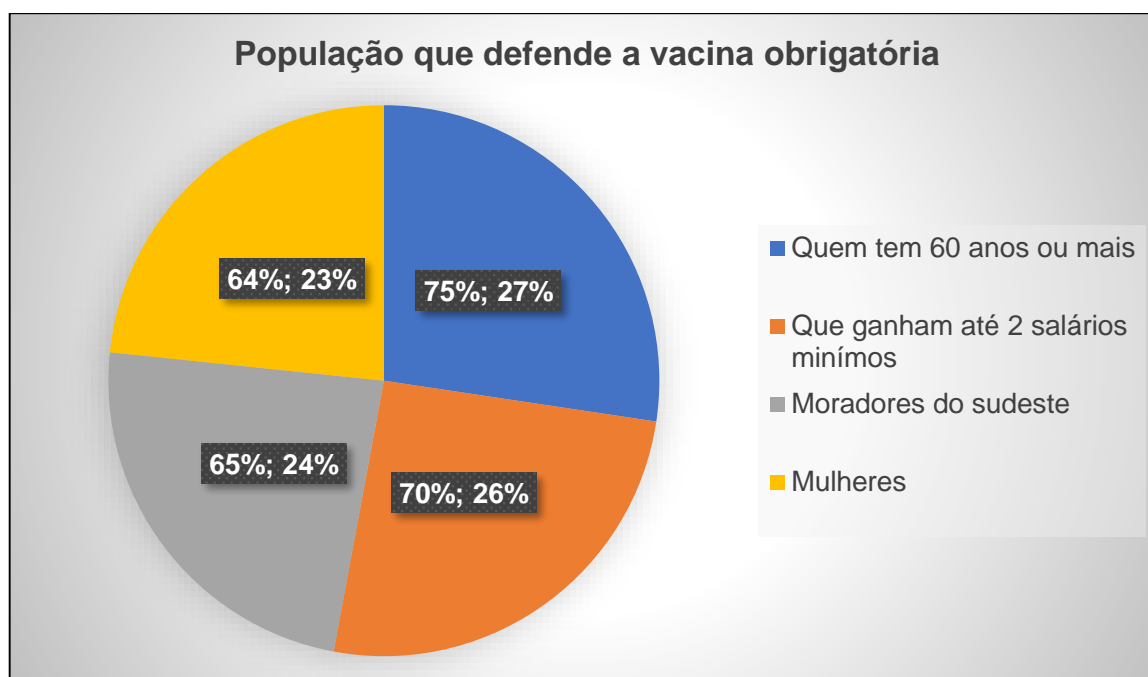
Fonte: Consórcio de veículos de impressas a partir de dados das secretarias estaduais de saúde – Foto: Arte/G1.

O MPT informou aos empregadores a exigirem que seus empregados, assistentes e outras pessoas mostrem suas carteiras de vacinação para adentrarem no ambiente de trabalho.

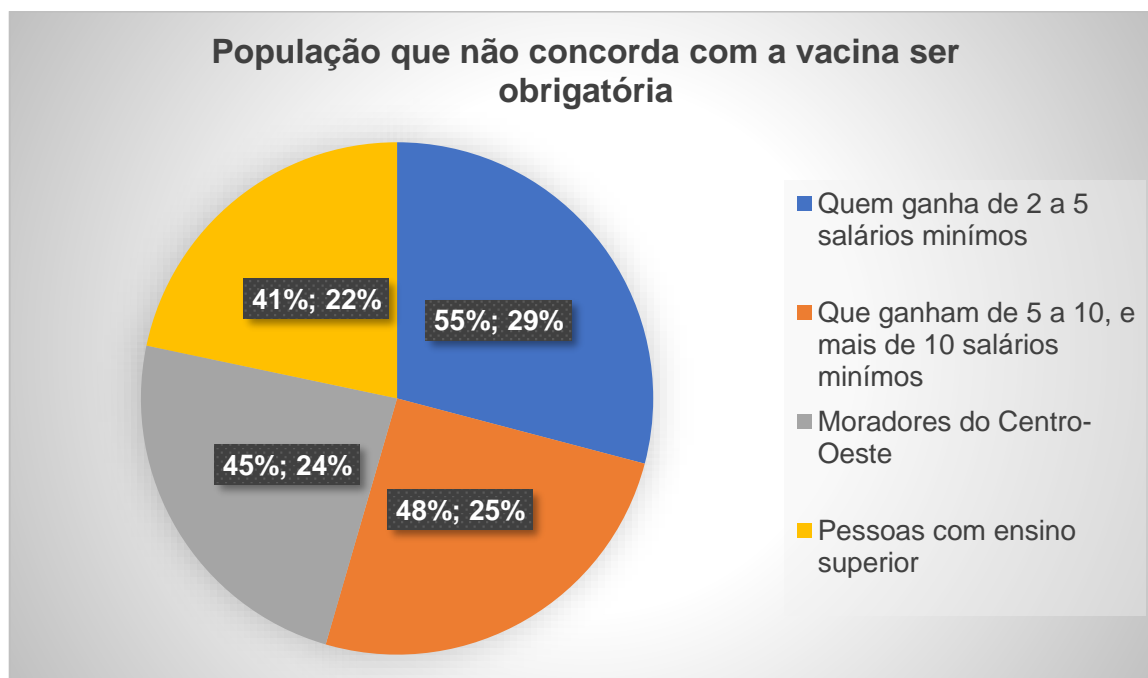
Na declaração, o órgão pediu as empresas a exigência do comprovante de vacinação de seus funcionários e de demais pessoas para entrarem na área de serviço, porém se tiver casos de trabalhadores que recusam mostrar tal documento, eles devem dar uma justificativa através de uma declaração médica em uma exclusão vacinal retratada na bula do imunizante.

Segundo o Poder data cerca de 59% da população nacional é a favor da obrigatoriedade da vacina, entre os adeptos, encaixam-se maior parte moradores do Sudeste, com renda maior que dois salários mínimos e mulheres.

Gráfico 11 - População que defende a vacina ser obrigatória



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

Gráfico 12 - População que não concorda com a vacina ser obrigatória

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2021.

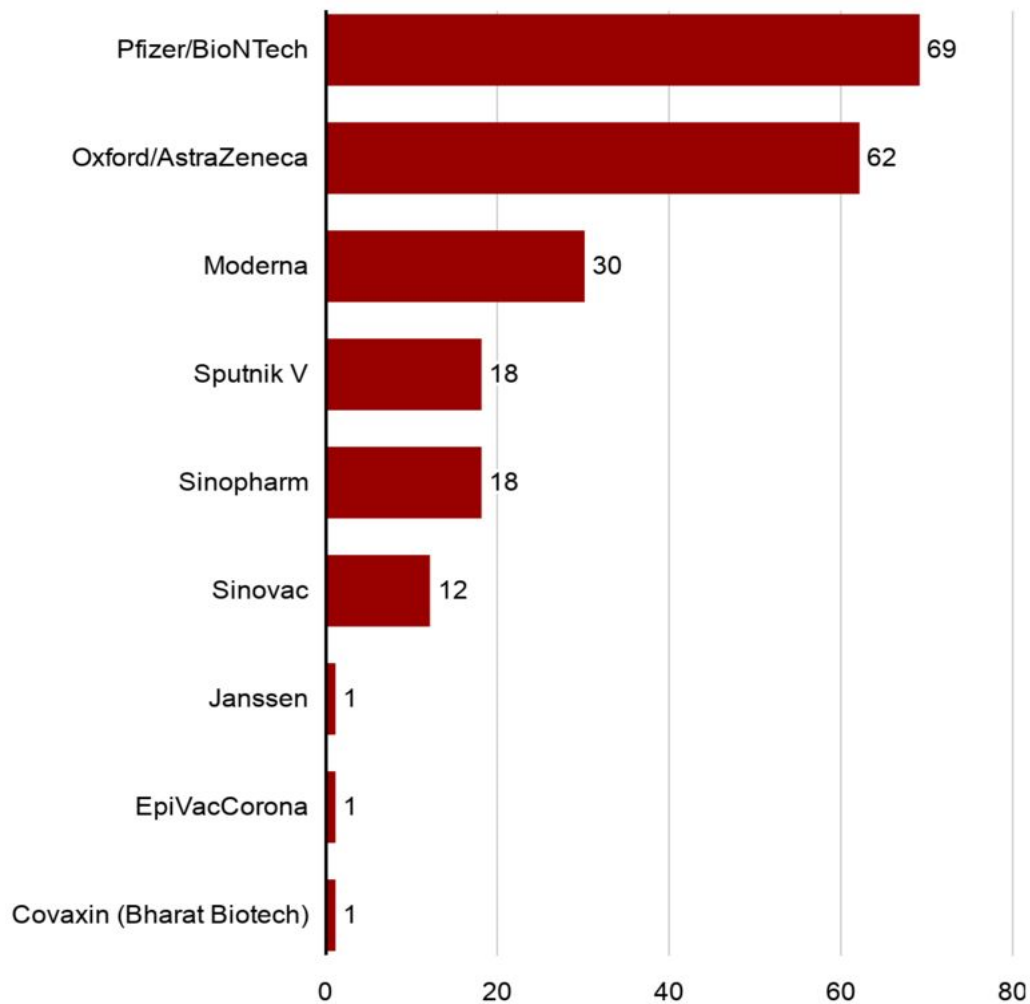
Tal conceito de obrigatoriedade divide opiniões devido ao conceito de direito à liberdade individual de decidir sobre o seu corpo e os direitos amplos sociais de saúde coletiva e proteção a vida, analisa-se portanto a confiança na segurança das vacinas, quais são comprovadas por diversos estudos científicos, sendo assim a chance de ser aplicado o Art. 15 do Código Civil na escusa em vacinar-se, tem como exemplo as sanções e limitações sociais e civis permitidas pelo ordenamento jurídico brasileiro e ressaltar os principais pontos da legislação sobre o tema mencionado, em especial a Lei 13.979/20.

Portanto, a demasiados estudos defendem o direito à preferência individual deve-se ser refutada em prol da proteção da coletividade. A prioridade de vacinas compulsórias e de capacidades que exige e induz a população a aderir à imunização. De forma que a aplicação das restrições civis deve ser, entretanto, reduzida pelos Direitos da Personalidade, deve ser priorizada e respeitar os princípios da proporcionalidade e da razão.

Assim ainda não está adotada a obrigatoriedade em todos os locais e estabelecimentos, somente aqueles quais por preferencias de suas diretorias adotaram tais medidas. Destarte discute-se ao Estado tal medida crucial.

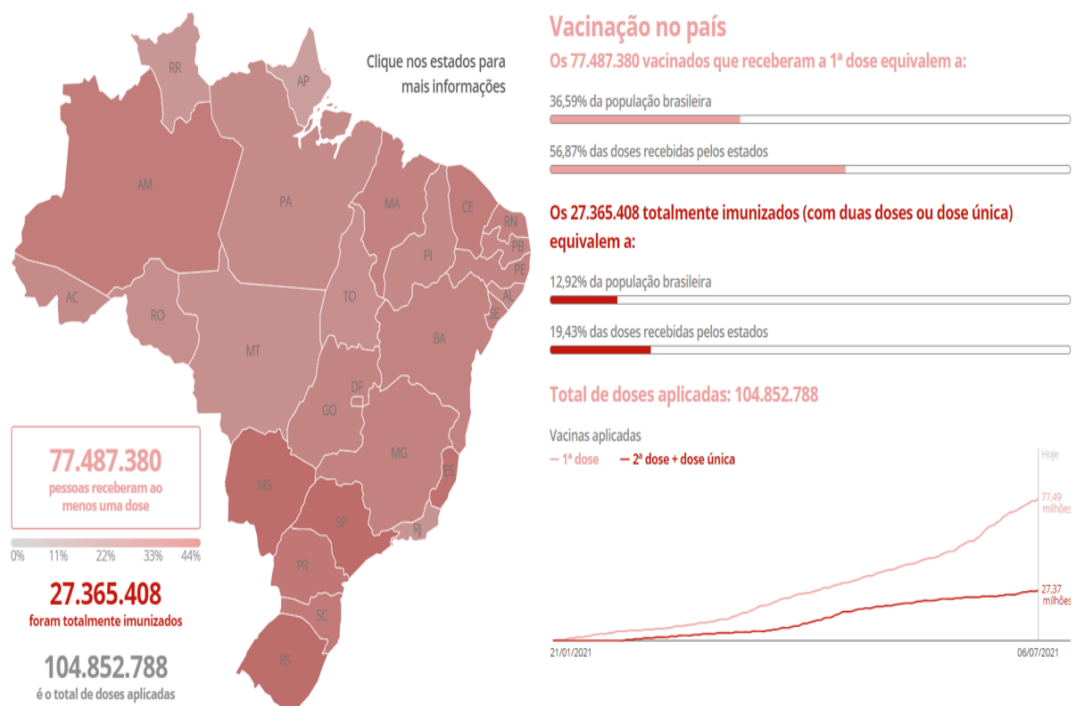
Gráfico 13 - Número de alcances das vacinas**Qual vacina tem maior alcance global?**

Número de países e territórios que usam cada vacina



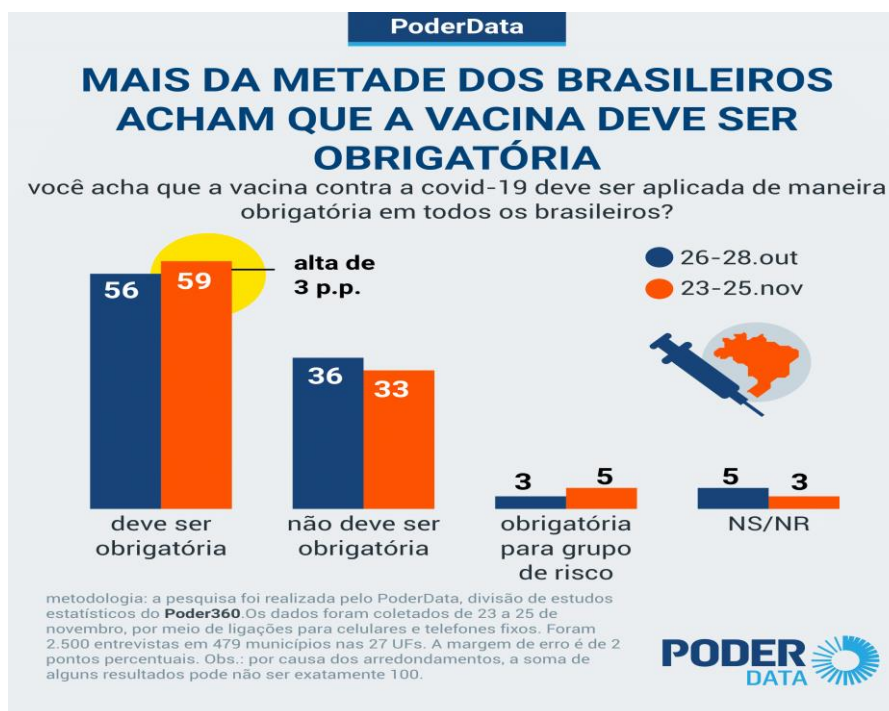
Fonte: Our World in Data, 1145GMT em 8 de março com os últimos dados disponíveis.

Gráfico 14 - Vacinação no país



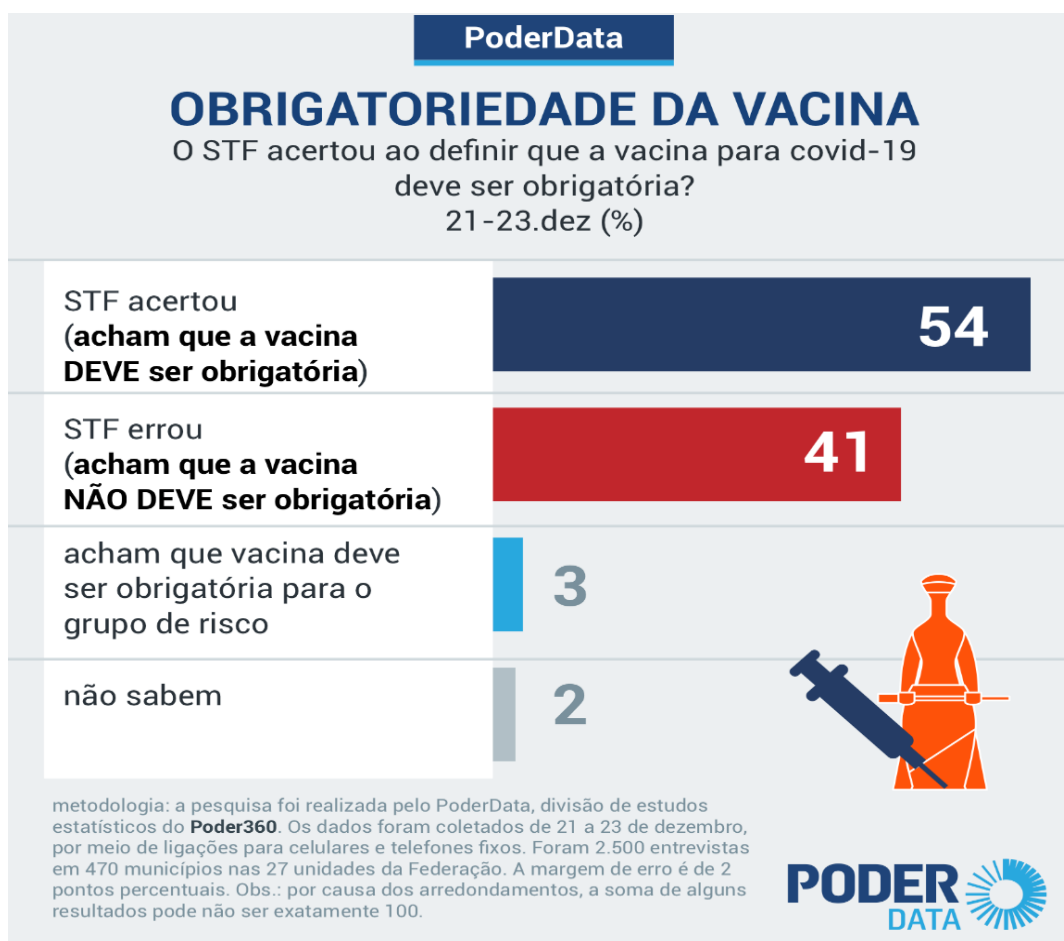
Fonte: Reprodução/G1.

Gráfico 15 - Pesquisa sobre a vacina ser obrigatória



Fonte: Pesquisa do PoderData.

Gráfico 16 - Obrigatoriedade da vacina



Fonte: Pesquisa do PoderData.

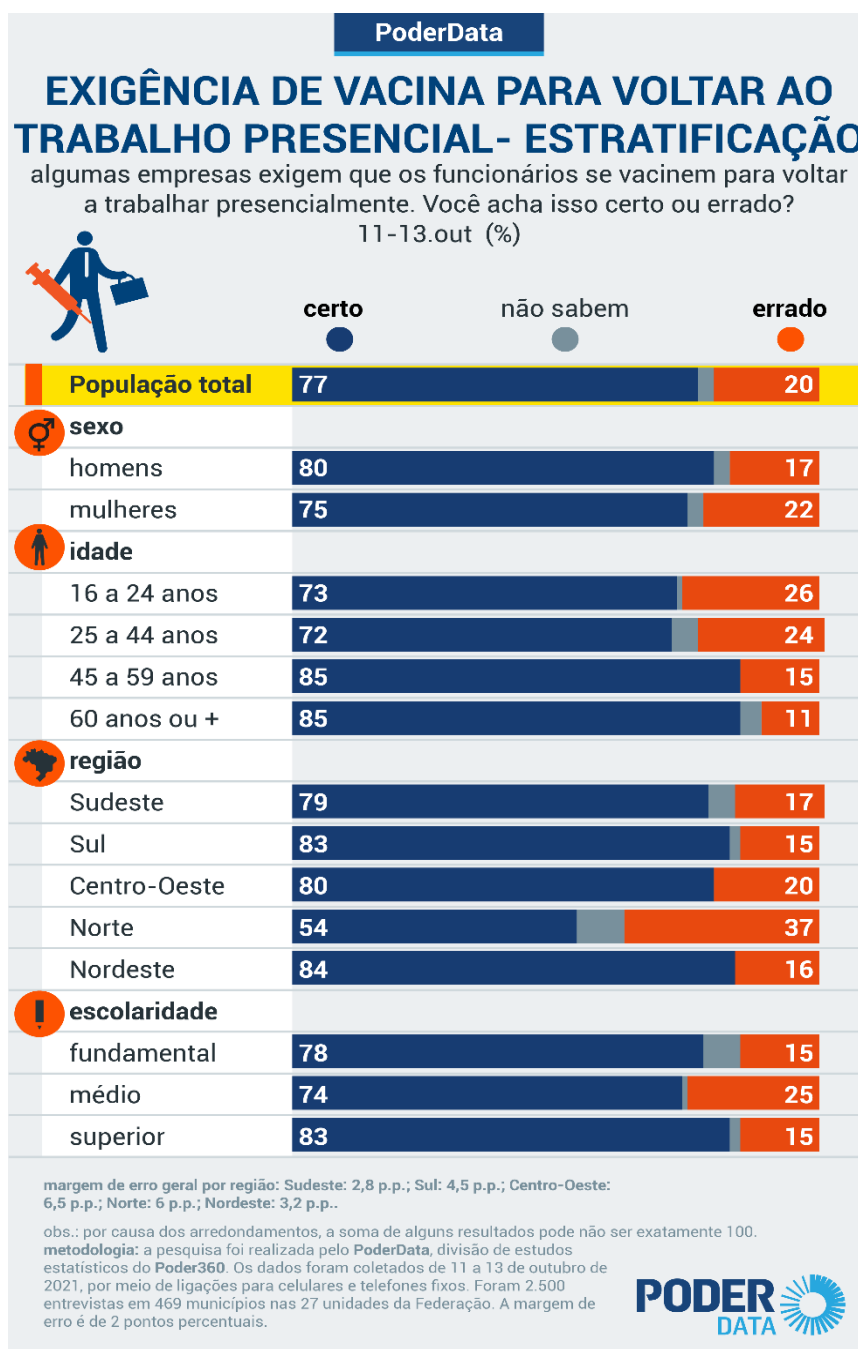
Uma pesquisa realizada pelo Poder Data em outubro de 2021 através de ligações em 469 municípios, revela a quantidade de população que são a favor e contra as empresas exigirem a vacinação de seus funcionários para voltarem a trabalharem.

Para ser feita a pesquisa eles separaram a população em grupos por sexo, idade, escolaridade, renda e localização geográfica.

Gráfico 17 - Pesquisa sobre a exigência da vacina no trabalho

Fonte: Pesquisa do PoderData, 2021.

Gráfico 18 - Estratificação sobre a exigência da vacina no trabalho



Fonte: Pesquisa do PoderData.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou analisar os principais pontos relacionados aos danos da pandemia na economia e a falência de micro e pequenas empresas nas gestões de mercado. A pesquisa foi feita de forma avaliativa, fundamentando revisões abrangentes da literatura e envolve comportamento econômico durante o período de projeções futuras.

Os objetivos estabelecidos nesse estudo foram alcançados, visto que, foi possível identificar e apresentar dados coerentes que mostram a relação entre Estado, economia, saúde e sociedade no contexto da pandemia causada pelo novo corona vírus (COVID-19), procurando relatar a evolução da doença no mundo, os erros e acertos observados na condução da gestão dos problemas sanitários, possíveis consequências sociais advindas da crise e as várias interfaces da pandemia. Constatando que o objetivo geral foi atendido por que efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar como as gestões do Estado afetam a economia desde o âmbito das pequenas empresas a nível nacional em tal período.

Os objetivos específicos propostos durante o trabalho também foram atingidos, visando que sua função era analisar algumas políticas que o Estado deveria abordar e quais deveria evitar em resposta à crise econômica decorrente da pandemia. Também foi tratado o cenário brasileiro pós-crise e as medidas para remediar eventuais problemas gerados pelas políticas implementadas durante a crise.

De acordo com a pesquisa, pode-se concluir que, o surto de corona vírus não afetou somente a saúde da população como também trouxe uma problemática ainda maior para a economia global, causando um impacto significativo no setor de consumo de alimentos e bebidas, deixando assim muitos microempreendedores

desestabilizados, gerando uma taxa de desemprego que bateu recorde no Brasil. O segundo setor que foi apresentado alegando um forte impacto com a pandemia foi o campo turístico, expondo com dados suas quedas durante esse período. No processo de conclusão do trabalho foi validado também a importância das micro e pequenas empresas, como elas interferem na situação financeira do país e como auxiliam reduzindo significativamente as desigualdades sociais, ocupando assim um quarto do PIB brasileiro.

Por fim, espera-se que essa pesquisa seja utilizada como material de estudo e como uma forma de contribuição facilitando e melhorando a aquisição de conhecimento sobre essa temática. Como limitações desse estudo, destaca-se a dificuldade em organizar a ordem dos acontecimentos, devido a rapidez dos fatos e a falta de oportunidade em realizar pesquisas de campo em razão as restrições impostas pelo momento atual.

Considerando que nenhum conhecimento é finito, recomenda-se um maior aprofundamento sobre esse tema, devido a sua grande quantidade de informações e sua ocorrência recente, aconselha-se também, que sejam realizadas pesquisas de campo, para maior especialização no assunto, visando identificar novas informações e ressaltar a experiência pessoal dos microempreendedores.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Andre Moreira. A Economia Global e a Pandemia: algumas lições da história. Análise: conjuntura nacional e Coronavírus. FCE/UFRGS. Porto Alegre. 23 mar. 2020, 2020. Acesso em: 31 ago. 2021.

DE LIMA, Alexandre Vasconcelos; FREITAS, Elísio De Azevedo. A Pandemia e os impactos na economia brasileira. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 4, 2020.

DOS SANTOS JÚNIOR, Paulo Jonas et al. Análise Sócio-Histórica da Pandemia da Covid-19. Revista transformar, v. 14, n. 2, p. 30-39, 2020. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/371>. Acesso em: 3 set. 2021

KROTH, Darlan Christiano. A economia brasileira frente à pandemia do COVID-19: entre as prescrições e as propostas do governo. **ResearchGate**, 2020.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 08 set. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

SEBRAE. Conheça os sintomas e as causas de desequilíbrio financeiro na empresa. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-os-sintomas-e-as-causas-de-desequilibrio-financeiro-na-empresa>, b54b2c25d5709510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 04 ago. 2020

SEBRAE. Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Parti>

cipacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

SENHORAS, E. M. CORONAVÍRUS E O PAPEL DAS PANDEMIAS NA HISTÓRIA HUMANA. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 29–32, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3760078.

Disponível em: <http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/184>. Acesso em: 31 ago. 2021.

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/impacto-economico>.

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

<https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2021/06/02/mais-de-1-milhao-de-micro-e-pequenas-empresas-foram-abertas-no-pais-em-quatro-meses-aponta-sebrae.ghtml>.

<https://www.jornalcontabil.com.br/rh-o-novo-mercado-de-trabalho-esta-desafiando-cada-vez-mais-esse-setor/>

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56024504>

<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/06/06/brasil-tem-mais-de-71-milhoes-de-doses-de-vacinas-contracovid-aplicadas-de-acordo-com-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>

<https://www.poder360.com.br/poderdata/59-acham-que-a-vacina-contra-covid-19-deve-ser-obrigatoria/>

<https://www.poder360.com.br/coronavirus/poderdata-77-acham-certo-exigir-vacina-para-voltar-ao-trabalho-presencial/>

APÉNDICE

METODOLOGIA DA PESQUISA

Realizou-se uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) que se estabelece como um dos recursos da prática baseada em evidências, que tem como objetivo sumarizar a literatura empírica ou teórica, para promover uma compreensão mais abrangente de uma particular área de estudos. A revisão integrativa possibilita a análise profunda e síntese de estudos já publicados, contribuindo para geração de novos conhecimentos e uma possível repercussão positiva nos danos da economia na pandemia, possibilitando um suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática administrativa (MENDES *et al.*, 2008).

Foram percorridas seis etapas para o desenvolvimento da revisão: a primeira etapa foi a definição da questão norteadora da pesquisa, na segunda etapa foram delimitados os critérios de inclusão e exclusão, na terceira etapa foram eleitas as bases de dados e realizada a busca das produções científicas, na quarta etapa foi realizada a análise dos dados, na quinta etapa foi desenvolvida a discussão dos dados e na sexta etapa foi apresentada a síntese da revisão (MENDES *et al.*, 2008).

Antes da pandemia, o predomínio dos interesses rentáveis e das políticas de austeridade eram obstáculos poderosos para a conformação de trajetórias robustas e sustentáveis de crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Depois dela, há chances de avanços ou de retrocessos. O que dificilmente haverá é a volta linear ao passado. Os surtos de doenças fazem parte da realidade de um mundo progressivamente mais globalizado, criando uma série de sensibilidades e fragilidades biológicas aos Estados Nacionais que rapidamente podem se tornar em contágios internacionais, em razão pela qual a formação de agendas de colaboração mundial, transparência comunicacional e de respostas partilhadas se tornam pilstras essenciais para o sucesso do sistema de governança da saúde pública global, reduzindo assim riscos epidemiológicos e consequências socioeconômicas.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Analisar as relações entre Estado, economia, saúde e sociedade no contexto da pandemia causada pelo novo corona vírus (COVID-19), procurando relatar a evolução da doença no mundo, os erros e acertos observados na condução da gestão

dos problemas sanitários, possíveis consequências sociais advindas da crise e as várias interfaces da pandemia.

3.1 GERAL

Demonstrar como as gestões do Estado afeta a economia desde o âmbito das pequenas empresas a nível nacional em tal período.

3.2 ESPECÍFICOS

Analisar algumas políticas que o Estado deveria abordar e quais deveria evitar em resposta à crise econômica decorrente da pandemia. Também será tratado o cenário brasileiro pós-crise e as medidas para remediar eventuais problemas gerados pelas políticas implementadas durante a crise.

1. apresentar os danos e a situação a qual se encontra a economia frente a crise econômica.
2. ressaltar a importância da boa gestão para recuperação econômica
3. analisar a importâncias das micro e pequenas empresas no âmbito da economia nacional.
4. demonstrar informações para driblar os danos da crise com a gestão e apoio fiscal, através de normas de gestões políticas.